

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE JUNDIAÍ - SP

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Jundiaí/SP, realizada no dia 24 de Junho de 2013, às 18h, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SEMADS, localizada na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº. 504 - Centro, nesta Cidade de Jundiaí, Estado de São Paulo, com a participação dos Conselheiros, que assinaram o livro de presença de reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social, às fls. 60 e 60 vs. Estiveram presentes na reunião doze conselheiros aptos a voto; justificou a ausência a conselheira Camila de M. M. Mendes. A Presidente Maria Aparecida Carlos, abriu a sessão após a segunda chamada e com uma saudação a todos, procedeu à leitura da ordem do dia **1. Deliberações: a) Plano de Ação de 2013 (MDS), b) Reprogramação Orçamentária Superávit 2012; c) Alteração do Projeto apresentado para a subvenção - Associação de Assistência ao Hanseniano – 2. Informes Gerais**, a Sra. Presidente esclareceu a necessidade de inversão da pauta, por que Carolina Vitti que irá apresentar o item "b" da pauta, tem compromisso urgente. A representante da Secretaria Executiva, Marli de Oliveira pediu a palavra e alertou a todos sobre as alterações na ata da reunião do dia 10 de junho de 2013, no item dois: Aceite – Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, onde consta que a Secretaria prevê a criação de mais 3 CRAS, é na verdade criação de **dois CRAS**, não havendo qualquer oposição a respeito, prosseguiu-se a reunião com a apresentação dos novos conselheiros: representante da Secretaria Municipal de Finanças: Omar Rodrigues da Silva Junior na qualidade de suplente, representantes da Secretaria Municipal de Educação: Renata Cristina de Oliveira Longui como e Karen Elaine da Silva como suplente; após as apresentações a reunião iniciou-se com o item "b" da pauta: **b) Reprogramação Orçamentária Superávit 2012:** a Sra. Carolina Vitti, Diretora de Planejamento da Semads realizou uma breve apresentação da proposta de reprogramação de saldo de 2012 (docto anexo); explicou que o MDS - Ministério de Desenvolvimento Social regulamentou os gastos com recursos vinculados indicando onde poderão ser gasto, que cada cofinanciamento tem objetivo determinado; a proposta de resolução da reprogramação de saldo de 2012 em termos gerais é para que o Conselho e a SEMADS possa ter flexibilidade na utilização dos recursos, respeitando os objetos dos pisos de cofinanciamentos conforme indicação do próprio MDS, isto é, todas as ações com a nomenclatura com IGD SUAS M (*Índice de Gestão Descentralizado SUAS do Município*) e IGD PBF (*Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família*), são saldos de Cofinanciamentos que estão com sobras e que nos comprometemos a investir em objetos relativos a gestão do SUAS, como: no aperfeiçoamento da gestão de Programa Bolsa Família, na Vigilância Sócio Assistencial que estamos priorizando, na Gestão de Serviços, ou seja, tudo que esta relacionado à gestão do Sistema, pois, 3% (três por cento) do IGD tem que ser aplicado na Gestão deste Conselho, por isso o Órgão Gestor esta solicitando a reprogramação de saldo mais flexível, lembrando que: **a)** o IGD SUAS é o instrumento de aferição da qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais e que poderemos gastar com monitoramento de informação SUAS, Gestão de

Trabalho Permanente, Gestão dos Serviços e Apoios ao Conselho (compra de material permanente, contratação de assessoria, etc.) O IGD PBF é um indicador com variante de 0(zero) a 01 (hum) que aponta a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família no âmbito municipal, além de refletir os compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão deste programa que se pode utilizar na qualidade do cadastro; **b)** o piso PBF (*Piso Básico Fixo*) só poderá ser utilizado nos CRAS - Proteção Básica; **c)** o Piso Fixo de Média Complexidade e Piso Variável de Média Complexidade só poderá ser gasto na Proteção Especial de Média Complexidade, isto é, nos CREAS, e dentro dele o PAEFI, Centro Pop, Serviço de Abordagem Social, Serviços de Proteção Especial para pessoas com deficiência, medidas sócio educativas e prestação de serviços a comunidade; e todos os programas que estão inseridos na proteção Especial de Média Complexidade; **d)** por fim, o Piso de Proteção de Alta Complexidade - PETI 1 (acolhimento institucional de morador de rua) e PETI 2 (acolhimento institucional de crianças e adolescentes) - poderão ser investidos em Acolhimento Institucional; esclarece ainda que, além do que já está comprometido, a justificativa para aprovação pelo Conselho de uma reprogramação mais flexível, é para não haver necessidade de engessar os gastos e com isso, correr risco de não utilização de recursos; a senhora Carolina Vitti esclareceu ainda que: antes existia um piso derivado deste recurso que financiava CREAS e outro que financiava os demais, mas atualmente foram agrupados no piso de média complexidade e que vai ser alterado novamente: teremos uma conta para Proteção Especial de Média Complexidade, uma para Proteção Especial de Alta e uma conta para Proteção Básica, e mais duas contas na gestão, uma para cada tipo de IGD. Todos os pisos de cofinanciamento desses níveis de proteção serão integrados nessas contas. O compromisso com essa resolução é: garantir que os recursos, cuja destinação já foi aprovada por esse Conselho, sejam cumpridos. Pretende-se utilizar o recurso que ainda não tem destinação, dentro do objeto de cofinanciamento do seu próprio piso, por isso a necessidade de uma aprovação de maneira global. A Sra. Presidente, Maria Aparecida Carlos, questionou se cada vez que o Órgão Gestor for utilizar este recurso irá pedir autorização para o CMAS, apontando que o Conselho, como controle social, deve deter o controle do que está sendo gasto; Carolina Vitti esclareceu que com a aprovação da reprogramação dos recursos financeiros não executados do repasse nacional para o municipal no exercício de 2012 a ser executado em 2013, dentro de cada nível de proteção correspondentes e nos mesmos serviços sócios assistenciais de convivência, regularmente, será trazida uma prestação de contas para acompanhamento da Plenária do CMAS; a senhora Presidente pontuou que na gestão anterior, por falta de informações claras e precisas, o Conselho tinha dificuldade de visualizar exatamente onde e quando poderia se utilizar os recursos e que esta enfrentando a mesma problemática nesta administração; a conselheira Joana de Cássia Prudêncio, Diretora do Departamento de Proteção Especial e também vice-presidente do Conselho comentou que, em breve o Órgão Gestor apresentará o Plano Pluri Anual, mas antes ainda, apresentará, em linhas gerais, o planejamento para o orçamento de 2014 até 2017; a Sra. Presidente questionou se o CMAS poderá colocar o orçamento do município este dinheiro?; a ouvinte Valéria de Paula, Diretora de Gestão Administrativa, pontuou a importância de se fortalecer o controle social, bem como outras questões da demanda, mas isto não vai acontecer rapidamente, por isso a importância de se criar um Plano de Ação de Trabalho;

a Sra. Presidente esclareceu que sua preocupação é aprovar a resolução sem priorizar uma ação específica; a conselheira Rosângela Moretti que acha interessante pontuar algumas coisas, como priorizar ações a fim de que o Conselho se sinta confortável para estas aprovações; o Sr. Denilson Ricardo André comentou que, sem um diagnóstico dos últimos anos (não sabe informar se o Conselho conseguiu fazer um) é difícil para o Órgão Gestor dizer quais são as ações prioritárias, novos equipamentos estão sendo previstos no PPA e que muitas coisas precisam ser revistas, repensadas, entretanto, há a necessidade de se encaminhar estas informações para o MDS, por isso, entende que no momento a prioridade são essas informações sobre os serviços pois, não há tempo hábil para ficar "pensando" sobre o assunto; sem discordar do posicionamento do Conselho, ressaltou que, com um diagnóstico seria mais simples fazer as priorizações; a conselheira Rosângela Moretti lembrou que já houve aprovação em plenária para a contratação de empresa para formulação do diagnóstico, ressaltou que existe a aprovação, o dinheiro, mas as providências não foram adotadas; a senhora Carolina Vitti propôs que o CMAS indique alguns elementos prioritários para a utilização desses recursos, propôs ainda, que neste acompanhamento orçamentário, sobre o qual, as senhoras Valéria de Paula e Márcia Roseli Henrique comentaram, um ou dois conselheiros da sociedade civil estejam presentes de maneira rotineira, já que não temos comissão orçamentária, para que juntos possamos fazer a análise das informações financeiras, de forma que, tudo fique muito claro no momento em que passemos para a deliberação da plenária, seria um "pacto duplo" de compromisso com a gestão orçamentária, da SEMADS e desse Conselho; a Sra. Presidente retrucou que, quem deve apontar os elementos é o Órgão Gestor que vai dizer o que consegue gastar no período de seis meses o que, por si, já é um problema pois temos menos de seis meses e se o Conselho aprovar, corre-se o risco de não conseguir gastar o recurso e ter que realizar a sua devolução e se não aprovar não teremos que nos preocupar em estar devolvendo-o; a conselheira Joana de Cássia Prudêncio lembrou que agora a SEMADS tem o Departamento de Vigilância Social e questionou se ainda assim o Conselho ainda vê a necessidade de contratar alguém para fazer um diagnóstico, uma vez que a função deste departamento é justamente realizar o levantamento dos elementos necessários para a formulação de um; com essa informação, a conselheira Rosângela Moretti questionou se já há um diagnóstico pronto; a vice-presidente Joana Prudêncio respondeu que ainda não mas o Departamento de Vigilância tem condições para fazer isto; Rosângela Moretti ; lembrou que no curso de capacitação foi realizado um diagnóstico para os conselheiros e que havia um link para consulta e ainda reforça que na Resolução CMAS 82/12, há a previsão do diagnóstico, compra de um carro, previsão de um pouco mais de quatrocentos mil que ajudariam na supervisão, capacitação e se não houve tempo hábil para a administração providenciar o processo de licitação para essas compras, nós conselheiros, entendemos que o montante já estava comprometido e não é possível retomar essa proposta, ressaltou ainda que, já houve uma pré-reprogramação onde foram feitos apontamentos como drogadição junto a juventude, há necessidade de otimizar o tempo, por isso sugeriu reconsiderar o que foi dito e se aguarde até a próxima reunião onde seja apresentado um planejamento contemplando o que já foi apontado em outubro de 2012, pois é importante que os conselheiros se apropriem das informações constantes do diagnóstico para ser utilizado como ferramenta de trabalho; a Sra. Presidente apontou a não

possibilidade de aprovar integralmente a Resolução, na forma como apresentada, pois haveria prejuízos às ações que foram adotadas com base na resolução n.º 82, citando como exemplo o evento ENAPA e o processo da supervisão, que teria que ser reiniciado, sugerindo que o acréscimo do segundo artigo, onde o Órgão Gestor firma o compromisso de apresentar o Plano de Aplicação Superávit em um tempo determinado e o que não tiver contemplado, poderá ser acrescentado. Carolina Vitti expressou sua concordância na sugestão, informando que o Órgão Gestor, se compromete para na próxima reunião Ordinária apresentar o Plano de Aplicação Superávit; a Sra. Presidente questionou a todos os conselheiros presentes se concordavam na aprovação da resolução na forma sugerida e com apenas uma abstenção, houve a aprovação da resolução. Prosseguiu-se a reunião com a discussão do item: **A) – Plano de Ação de 2013 ( MDS )-** O Sr. Denílson Ricardo André explanou que o Plano de Ação de 2013 traz parâmetros para melhorarias, o MDS está propondo uma série de atualizações para melhorar e regularizar o serviço, a exemplo comentou que existem treze mil famílias inscritas no Cadastro Único, porém apenas sete mil não beneficiárias do Bolsa Família, ou seja, há cinco mil cadastros desatualizados; do ano de 2011 até o momento houve melhoras na atualização e que a cada 2 anos a família, em tese, tem que fazer a regularização no cadastro único para que o programa seja alimentado; a conselheira Roselaine Mamede comentou que as famílias comparecem as consultas, e esse seria um momento para alimentar o sistema e atualizá-lo, entretanto, como isso não é exigido, o sistema está desatualizado; o senhor Denilson André, continuou seus esclarecimentos apontando metas que o Órgão Gestor pretende atingir como a repactuação do Piso de Alta Complexidade (acolhimento idosos). Após seus esclarecimentos, foi colocado em votação sendo que com uma abstenção, o Plano de Ação foi aprovado, por maioria de votos, pelos conselheiros presentes. Dando prosseguindo, passou-se ao terceiro item da pauta:– **C) – Alteração do Projeto apresentado para a subvenção – Associação de Assistência ao Hanseniano**, a Sra. Presidente, em breves palavras esclareceu que a entidade está solicitando alteração de seu projeto em razão de problemas funcionais dentro da entidade, solicitando autorização do conselho, pois seu projeto foi enviado para a obtenção da subvenção. Colocado em votação, a alteração foi aprovada, por unanimidade, pelos conselheiros presentes, desde que, havendo análise pelo setor jurídico, não seja encontrado nenhum impedimento de ordem legal; **3- Informes Gerais** - em razão do avançado da hora da reunião, não foi passado os informes gerais. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a reunião, pelo que eu, Claudia Regina Martins de Oliveira \_\_\_\_\_, na qualidade de Secretária "ad hoc", lavei a presente Ata que, após lida e aprovada pelos presentes foi assinada pela presidente.

**Maria Aparecida Carlos**  
**Presidente do CMAS - Jundiaí**